

DISTRITO FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Contrato para Aquisição de Bens pelo Distrito
Federal nº 06/2008 - CGDF, nos termos do
Padrão nº 07/2002.

Processo nº 017.000.201/2008

Cláusula Primeira – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por meio da **CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL – CGDF**, doravante denominada CONTRATANTE, com sede no SRTVS Q. 701, Bloco K, Térreo, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.944.148/0001-96, representada neste ato por Roberto Eduardo Giffoni, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 62121 – OAB/RJ, inscrito no CPF sob nº 777.945.167-49 na qualidade de Corregedor-Geral, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, e **B2BR – BUSINESS TO BUSINESS INFORMÁTICA DO BRASIL S.A.**, doravante denominada CONTRATADA, com sede na Avenida Yojiro Takaoka, nº 4.384, Conjunto 1010, 10º Andar, Shopping Service, Alphaville, Santana do Panaíba – SP, inscrita no CNPJ nº 01.162.636/0001-00, representada neste ato por Pedro Luiz Rondon Pinheiro, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 7.224.700 – SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 884.901.308-68, na qualidade de Diretor Presidente, e Waldemar Ferreira Magalhães, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1.514.124 – SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 531.441.397-34, na qualidade de Diretor Vice-Presidente.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

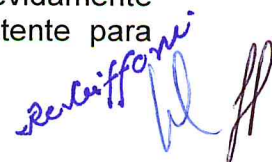
O presente Contrato obedece aos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 516/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG (fls. 125 a 185), Ata de Registro de Preços nº 0005/2008 – e-Compras (fls. 186/199) e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a aquisição de licenças de uso de software aplicativo e sistema operacional, conforme relação do Anexo I deste Contrato, para estações de trabalho e estações servidoras na plataforma Microsoft, em modalidade de subscrição temporária com direito à atualização de versões, consoante especifica o Edital de Pregão Eletrônico nº 516/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG (fls. 125 a 185), Ata de Registro de Preços nº 0005/2008 – e-Compras (fls. 90/96), que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma de Fornecimento

A entrega do objeto processar-se-á de forma integral em 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura do Contrato, conforme especificação contida no Edital de Pregão Eletrônico nº 516/2007 – CECOM/SUPRI/SEPLAG (fls. 125 a 185), Ata de Registro de Preços nº 0005/2008 – e-Compras (fls. 186/199), facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º, art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

Roberto Eduardo Giffoni


Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 - O valor total do Contrato é de R\$ 259.965,15 (duzentos e cinquenta e nove mil novecentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos), devendo esta importância ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente da CONTRATANTE.

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 450101

II – Programa de Trabalho: 04126007930110001

III – Natureza da Despesa: 33.90.30

IV – Fonte de Recursos: 100000000

6.2 – O empenho inicial é de R\$ 259.965,15 (duzentos e cinquenta e nove mil novecentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos), conforme Nota de Empenho nº 2008NE00084, emitida em 25/3/2008, sob o evento nº 400091, na modalidade Ordinário.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em uma única parcela, mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias contados da data em que for atestado o fornecimento definitivo.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante Termo Aditivo, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Nona – Da garantia

A garantia será de 3% (três por cento) prestada de acordo com o que dispõe o art. 56 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – Executar com exatidão a entrega do objeto contratado, sob pena de responsabilidade.

11.2 – Manter, por seus representantes ou prepostos ou eventuais subcontratadas, sigilo quanto aos trabalhos executados e elementos utilizados.

11.3 – Manter, durante a execução do Contrato, em observância às obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de participação no edital contratação.

autógrafa

11.4 – Fornecer, sempre que houver atualização de versão ou da lista de produtos, a relação atualizada das alterações ocorridas nas novas versões dos produtos do fabricante do software.

11.5 – Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitado pela CONTRATANTE.

11.6 – Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhe venham ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do Contrato.

11.7 – A CONTRATADA responderá pelos danos causados por seus agentes.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a CONTRATADA à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Quarta – Da Dissolução

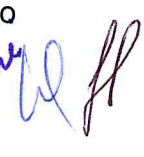
O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da CONTRATADA para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

gentilfoni 

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Distrito Federal, por meio de CONTRATANTE, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente de sua assinatura, após o que deverá ser providenciado o registro pela Corregedoria-Geral do Distrito Federal.


Cláusula Décima Nona – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma.

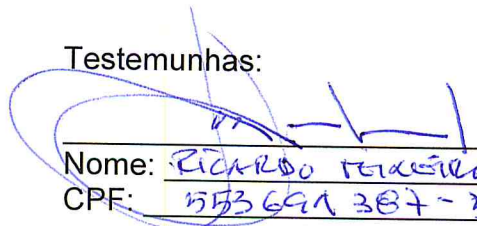
Brasília, 8 de abril de 2008.


ROBERTO EDUARDO GIFFONI
Corregedor-Geral do Distrito Federal


PEDRO LUIZ RONDON PINHEIRO
Diretor Presidente da B2BR


WALDEMAR FERREIRA MAGALHÃES
Diretor Vice-Presidente da B2BR

Testemunhas:


Nome: RICARDO TEIXEIRA REZENDE
CPF: 1553691387-53

Nome: _____
CPF: _____